

ATA NÚMERO 200/XIII/3.^a SL

Aos 23 dias do mês de maio de 2018, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

11.30

1. **Aprovação da ata n.º 199;**
2. **Apreciação e discussão do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 742/XIII/3.^a (PSD) – “Restabelece a possibilidade de globalização mensal nas introduções no consumo de produtos do regime da pequena destilaria”;**
Autora: Mariana Mortágua (BE)
3. **Apreciação e discussão do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 839/XIII/3.^a (PSD) – “Impede as cativações de verbas nas entidades reguladoras (2.^a alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras)”;**
Autora: Mariana Mortágua (BE)
4. **Apreciação e discussão do relatório sobre a Conta Geral do Estado;**
Relatora: Mariana Mortágua (BE)
5. **Escrutínio de iniciativas europeias;**
6. **Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, das seguintes iniciativas:**
 - Projeto de Lei n.º 836/XIII/3.^a (CDS-PP) – *“Transparência nos apoios públicos ao sector financeiro”*
 - Projeto de Lei n.º 870/XIII/3.^a (BE) – *“Introduz novas regras de transparência no setor bancário e reforça os poderes dos Inquéritos Parlamentares no acesso à informação bancária (procede à 49.^a alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, e à 3.^a alteração do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março).”*
 - Projeto de Lei n.º 871/XIII/3.^a (BE) – *“Consagra um regime de acesso e troca automática de informações financeiras no domínio da fiscalidade”*
 - Projeto de Lei n.º 875/XIII/3.^a (PCP) – *“Cria a Unidade Técnica para a Recuperação do Património resultante dos créditos que lesaram a banca nacional”*

- Projeto de Lei n.º 876/XIII/3.ª (PCP) – *“Estabelece regras para a divulgação de informação relativa à concessão de créditos de valor elevado”*
- Proposta de Lei n.º 130/XIII/3.ª (GOV) – *“Estabelece regras para a aplicação do regime de acesso automático a informações financeiras a residentes em território nacional.”*;

7. Designação de autor do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.ª (GOV) – *“Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental.”*;
Cabe ao PSD ou CDS-PP

8. Outros assuntos.

12.00

Audição do Secretário de Estado do Emprego, no âmbito da nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 121/XIII/3.ª (GOV) –“Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais”.

11.30

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) conduziu a reunião.

1. **Aprovação da ata n.º 199**

A ata foi aprovada por unanimidade.

2. **Apreciação e discussão do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 742/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – *“Restabelece a possibilidade de globalização mensal nas introduções no consumo de produtos do regime da pequena destilaria”*;
Autora: Mariana Mortágua (BE)**

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o relatório de que foi autora, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- 3. Apreciação e discussão do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 839/XIII/3.ª \(PSD\)](#) – “*Impede as cativações de verbas nas entidades reguladoras (2.ª alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras)*”;**
Autora: Mariana Mortágua (BE)

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) notou que esta questão tinha ficado pendente, da reunião anterior. O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) sublinhou que a versão mais recente da Nota Técnica (NT) merecia ainda maior discordância por parte do PSD, em face da original, dado que, na sua opinião, a NT reconhece o valor reforçado da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, no que toca ao estatuto das entidades reguladoras, mas que tal não se aplica à sua dimensão financeira e orçamental, entendimento com que não concorda. Solicitou que conste em ata que o PSD discorda frontalmente da NT no que respeita às relações paramétricas e de valor reforçado entre leis, tal como consta da mesma.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) declarou que reformularia o parecer e que apresentaria a versão final na próxima reunião.

- 4. Apreciação e discussão do relatório sobre a Conta Geral do Estado;**
Relatora: Mariana Mortágua (BE)

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião.

- 5. Escrutínio de iniciativas europeias;**

A Senhora Deputada Margarida Marques (PS) sugeriu que seja efetuado relatório para as iniciativas integradas no Quadro Financeiro plurianual. O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) questionou sobre qual seria o papel da COFMA nestas questões, tendo em conta a existência da Comissão Eventual de acompanhamento do processo de definição da “Estratégia Portugal 2030”, retorquindo a Senhora Deputada Margarida Marques (PS) que essa questão foi levantada na CAE mas que a Comissão Eventual não se pronuncia sobre o princípio da subsidiariedade.

O PS indicou como relatora a Senhora Deputada Margarida Marques.

- 6. Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, das seguintes iniciativas:**
- [Projeto de Lei n.º 836/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) – “*Transparência nos apoios públicos ao sector financeiro*”
 - [Projeto de Lei n.º 870/XIII/3.ª \(BE\)](#) – “*Introduz novas regras de transparência no setor bancário e reforça os poderes dos Inquéritos Parlamentares no acesso à informação bancária (procede à 49.ª alteração do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, e à*

3.^a alteração do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março).”

- [Projeto de Lei n.º 871/XIII/3.^a \(BE\)](#) – “**Consagra um regime de acesso e troca automática de informações financeiras no domínio da fiscalidade**”
- [Projeto de Lei n.º 875/XIII/3.^a \(PCP\)](#) – “**Cria a Unidade Técnica para a Recuperação do Património resultante dos créditos que lesaram a banca nacional**”
- [Projeto de Lei n.º 876/XIII/3.^a \(PCP\)](#) – “**Estabelece regras para a divulgação de informação relativa à concessão de créditos de valor elevado**”
- [Proposta de Lei n.º 130/XIII/3.^a \(GOV\)](#) – “**Estabelece regras para a aplicação do regime de acesso automático a informações financeiras a residentes em território nacional.**”;

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) defendeu que não se justifica criar um GT e que a Comissão deve trabalhar para concluir estas iniciativas nesta sessão legislativa. Propôs dividir as iniciativas em dois grupos: genericamente, um sobre informação a prestar à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) - P/L 871 e P/L 130 -, e outro com as restantes iniciativas, sobre segredo bancário e matérias conexas. No que respeita ao primeiro grupo, sugeriu solicitar parecer escrito à AT, ao Banco de Portugal (BdP) e à Associação Portuguesa de Bancos (APB), para resposta em duas semanas, seguindo-se audições presenciais após receber os pareceres, acrescentando audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Relativamente ao segundo grupo, propôs a mesma metodologia, apenas relativamente ao BdP e à APB, acrescentando, caso o Governo manifeste interesse, uma audição com o Secretário de Estado Adjunto e das Finanças.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sugeriu que as audições ficassem condicionadas aos pareceres, avaliando-se após a sua receção se valia a pena, contrapondo o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) que se avalie, nesse momento, se se mantêm agendadas as audições.

Ficou assim fixada a metodologia.

7. Designação de autor do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 134/XIII/3.^a \(GOV\)](#) – “**Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental.**”;
Cabe ao PSD ou CDS-PP

O PSD indicou o Senhor Deputado Cristóvão Crespo.

8. Outros assuntos.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) solicitou que, perante a impossibilidade de a Associação Nacional de Municípios Portugueses poder estar presente numa audição antes de dia 29 de maio, e dada a urgência do processo legislativo da Proposta de Lei n.º 121/XIII/3.ª (GOV), fosse pedido àquela entidade um parecer escrito, a remeter até à próxima 2.ª feira, dia 28 de maio. Nenhum GP se opôs.

12.00

Audição do Secretário de Estado do Emprego, no âmbito da nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 121/XIII/3.ª (GOV) –“*Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais*”

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), a presidir à reunião, deu as boas vindas ao Secretário de Estado do Emprego, enquadrando a audição na nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 121/XIII/3.ª (GOV), após o que deu a palavra ao Secretário de Estado.

Em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Virgílio Macedo (PSD), Hortense Martins (PS), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP).

O Secretário de Estado do Emprego respondeu ao conjunto das questões colocadas.

O Senhor Presidente em exercício agradeceu a presença do Secretário de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na página internet da [audição](#).

Não havendo outros assuntos a discutir, o Senhor Presidente em exercício deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de maio de 2018

O PRESIDENTE, em exercício

(Cristóvão Crespo)

Reunião de 23 de maio de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cristóvão Crespo
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Sá
Ricardo Leão
Cristóvão Norte
Fernando Virgílio Macedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
Paulo Trigo Pereira
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Inês Domingos
Sara Madruga da Costa